

PODER JUDICIARIO
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
3ª TURMA RECURSAL: RELATOR-1

Expediente do dia 13 de Julho de 2017

Atos do(a) : ANTONIO CLAUDIO MACEDO DA SILVA
Exmo(a)

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0058944-87.2015.4.01.3400
201534000250714

Recurso Inominado

Recte : ELIETE NOROES MENEZES
Adv. : DF00041686 - FERNANDO ANTONIO MUNIZ LIMA
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0070735-53.2015.4.01.3400
201534000300160

Recurso Inominado

Recte : CHARLES COSTA GALENO
Recte : GENILTON MARTINS SILVA
Recte : JOAO MANDU DE LIMA
Recte : FRANCISCO SOARES GOMES
Recte : ROBSON CALMON DE OLIVEIRA
Recte : RONILDO TEIXEIRA BARBOSA
Recte : CELIO WALLACE DE SOUSA
Recte : EDIMAR GONCALVES BURIL
Recte : MARIA DO SOCORRO DE SOUZA SILVA
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Adv. : DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0070825-61.2015.4.01.3400
201534000300860

Recurso Inominado

Recte : PEDRO LUIZ DE QUEIROZ
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Adv. : DF00041686 - FERNANDO ANTONIO MUNIZ LIMA
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0017256-14.2016.4.01.3400
201634000385695

Recurso Inominado

Recte : ANTONIO CARLOS BRUNO
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0041599-74.2016.4.01.3400
201634000508924

Recurso Inominado

Recte : TIAGO DA SILVA PEREIRA
Adv. : RJ00075413 - CLEBER MARQUES REIS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0050202-39.2016.4.01.3400
201634000550033

Recurso Inominado
Recte : MANOEL TEIXEIRA SOARES NETO
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Adv. : DF00022799 - RAFAEL TEIXEIRA MORETI
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0002577-72.2017.4.01.3400
201734000676159

Recurso Inominado
Recte : LEIDIANA MENDES BRAGA
Adv. : DF00044544 - JESILENE RODRIGUES DE LIMA MARTINS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00017041 - CARLA BEATRIZ HAMU SILVA CHERULLI

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Considerando que no REsp 1.614.874 (decisão de afetação publicada no DJe 16/09/2016) houve determinação para a suspensão dos processos em que se discute a possibilidade de afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS, ressalvadas as hipóteses de autocomposição, tutela provisória, resolução parcial do mérito e coisa julgada, de acordo com as circunstâncias de cada caso concreto, a critério do juízo, e em cumprimento ao disposto no art. 1.037, inciso II, do novel Código de Processo Civil, SUSPENDO o julgamento nesta instância, até que sobrevenha decisão final quanto ao objeto discutido no recurso. Publique-se. Intimem-se.

0061689-40.2015.4.01.3400
201534000260897

Recurso Inominado
Recdo : MARIA ATAIDE BARROSO
Adv. : DF00016634 - EDEN LINO CASTRO DE CARVALHO
Adv. : DF00031941 - FERNANDO SALDANHA DE CARVALHO
Recte : UNIAO FEDERAL

0010663-66.2016.4.01.3400
201634000351695

Recurso Inominado
Recte : YARA FORTUNATO
Adv. : DF00016634 - EDEN LINO CASTRO DE CARVALHO
Adv. : DF00031941 - FERNANDO SALDANHA DE CARVALHO
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Indefiro o pedido de suspensão do processo, tendo em vista que já foi proferido acórdão nos referidos autos, estando a matéria pacificada à luz da jurisprudência no âmbito do STJ, do STF, da TNU, e, desta Turma, estando evidenciado que tal pedido tem caráter eminentemente protelatório.

0058934-43.2015.4.01.3400
201534000250611

Recurso Inominado
Recdo : MARIA DE LOURDES ANA DE JESUS
Adv. : DF00035029 - FABIO CORREA RIBEIRO
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data de intimação do INSS pelo E-CINT para interposição de Recurso Inominado (registrada em 20/04/2017), considerando como data fim de prazo para realização do ato processual 18/05/2017, e a do protocolo do Recurso inominado em 23/05/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO. Publique-se. Intimem-se.

0027196-37.2015.4.01.3400
201534000114770

Recurso Inominado
Recte : IEDA MARIA DE ARAUJO DIAS
Adv. : DF00034163 - FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Indefiro o pedido de suspensão do processo, sob alegação de conhecimento de ação rescisória coletiva nº 0042825-03.2014.4.01.0000/DF que trata sobre o mesmo assunto, tendo em vista que já foi proferido acórdão nos presentes autos à luz da jurisprudência do STJ, do STF, da TNU, e desta Turma, estando evidenciado que tal pedido tem caráter eminentemente protelatório.

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0074803-46.2015.4.01.3400

201534000316430

Recurso Inominado

Recdo : MARIA ZILDA ALMEIDA LIMA
Adv. : DF00036420 - THAYNARA CLAUDIA BENEDITO
Recte : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO

Converto o julgamento em diligência. Cotejando a data de intimação da União pelo E-CINT para interposição de Recurso Inominado (registrada em 05/05/2017), considerando como data fim de prazo para realização do ato processual 19/05/2017, e a do protocolo do Recurso nominado em 19/05/2017 (data do cadastro), conclui-se pela tempestividade do recurso. Assim sendo, desconsidero a certidão de trânsito em julgado, bem como recebo o recurso nominado e, determino que seja intimada a parte autora para contrarrazoá-lo, tendo em vista que não foi dada oportunidade no juízo a quo. Após voltem-me conclusos para julgamento.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0012933-97.2015.4.01.3400

201534000057410

Recurso Inominado

Recdo : SHIRLEY SPINOLA PARATES DA ROCHA
Adv. : DF00031058 - PAULO EDUARDO SAMPAIO MENDONCA
Recte : MRV PRIME TOP TAGUATINGA II INCORPORACOES
IMOBILIARIAS LTDA
Adv. : DF00041373 - CAMILA MARINHO CAMARGO
Adv. : MG00108654 - LEONARDO FIALHO PINTO
Adv. : MG00080055 - ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA
COSTA
Adv. : DF00040077 - PRISCILA ZIADA CAMARGO
Recte : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data da certidão de publicação da sentença em 23/02/2017 (registro em 22/02/2017) e a do protocolo do Recurso nominado em 15/03/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO. Publique-se. Intimem-se.

Autos com decisão

0089638-73.2014.4.01.3400

201434000307752

Recurso Inominado

Recdo : ELIZABETE VERAS DOS SANTOS
Adv. : DF00028811 - ANELISE ACACIA LIMA MUNIZ
Adv. : DF00033089 - ISABEL GRANDE DOMINGUES
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Considerando-se o falecimento da parte autora, (consulta ao sistema CNIS registrada em 21/02/2017), em 03/03/2017, foi determinada a suspensão do processo para fins de habilitação dos herdeiros necessários e correta regularização

do polo ativo da relação processual (CPC/2015, art. 313, §1º, c/c art. 687 e 689). Em 05/04/2017, o Núcleo de Prática Jurídica da UDF, representante processual do de cujus, informou que tentou, de forma exaustiva, entrar em contato com herdeiros necessários, entretanto, não logrou êxito. Tendo em vista a ausência de pressuposto para o regular processamento do feito, é forçoso reconhecer hipótese de extinção do feito, nos termos do art. 313, §2º, c/c o art. 485, IV, ambos do NCPC/2015. Neste sentido, também é o seguinte precedente jurisprudencial do STF, in verbis: AÇÃO RESCISÓRIA. FALECIMENTO DO AUTOR. DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS PARA CONVOCAR OS POSSÍVEIS SUCESSORES PARA A HABILITAÇÃO INCIDENTE, QUE NÃO LOGRARAM ÊXITO. OCORRÊNCIA DA HIPÓTESE DO ARTIGO 267, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. (AR 982, Rel. Ministro CARLOS MADEIRA - VOTAÇÃO: UNÂNIME. RESULTADO: EXTINTO O PROCESSO. ACÓRDÃO RESCINDENDO: RE-75736. - VEJA AR-934). Ante o exposto, revogo a tutela de urgência, e JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM EXAME DE MÉRITO, nos termos art. 313, §2º, c/c art. 485, IV, ambos do NCPC/2015, e DOU POR PREJUDICADO O RECURSO INOMINADO DO INSS. Intimem-se. Após, arquivem-se, com baixa.

0055366-82.2016.4.01.3400

201634000584081

Recurso Inominado

Recte	:	ISAURA PAPA ZAITUNE
Adv.	:	SP00282349 - MARCUS VINICIUS CAMARGO SALGO
Adv.	:	SP00370959 - LUCIANO DA SILVA BUENO
Recdo	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data da certidão de publicação da sentença em 06/04/2017 e a do protocolo do Recurso inominado em 04/05/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO. Publique-se. Intimem-se.

0047104-90.2009.4.01.3400

200934009075102

Recurso Inominado

Recte	:	ALTEMIR FELIX DE SOUZA
Adv.	:	DF00016893 - CARLA CRISTINA ORLANDI FREITAS
Recte	:	MANOEL CAMPOS DA SILVA
Recte	:	WALMIR SILVA DE MIRANDA
Recte	:	MARINEZ SEARA DA SILVA ARGOLO
Recte	:	ANTONIO SILVA TOBIAS
Recte	:	IVALDO FELIX MUNIZ
Recte	:	CID EDSON LIMA POVOAS
Recte	:	ANA D AJUDA SILVA DO AMARAL E SILVA
Recte	:	PEDRO PAULO SILVA PIRES
Recte	:	MANOEL MARCIO DE SOUZA ALMEIDA
Recdo	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. O acórdão proferido por esta 3ª Turma Recursal/SJDF, em 23/08/2016, suscitou Conflito Negativo de Competência a ser dirimido pelo TRF 1ª Região, sob o fundamento de que "Não se inclui na competência dos Juizados Especiais Federais a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo os de natureza previdenciária e de lançamento fiscal (artigo 3º, §1º, inciso III, da Lei 10.259/2001)." Tendo os autos sido remetidos ao TRF 1ª Região, em 03/05/2017, foi proferida decisão sobre o conflito, in verbis: A situação ora esboçada nos autos é bem simples, uma vez que "Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor pleiteado individualmente por cada um dos autores, não importando se a soma global ultrapassa o limite dos 60 (sessenta) salários mínimos. (AgRg no REsp 1376544/SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, DJe 05/06/2013). Precedentes. (...)" (in CC 0044105- 72.2015.4.01.0000 / BA; CONFLITO DE COMPETENCIA Relator DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO Órgão PRIMEIRA SEÇÃO Publicação 26/09/2016 e-DJF1). Assim, ressalta-se que a competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis é absoluta e fixada com base no valor atribuído à causa, que, no litisconsórcio ativo facultativo, resulta da sua divisão pelo número de litisconsortes (art. 3º, §3º, da Lei nº 10.259/2001). Na hipótese dos autos, levando-se em conta o valor individual de cada autor, o valor não ultrapassa 60 (sessenta salários mínimos), atraindo a competência absoluta do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, § 3º, Lei 10.259/2001). Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo Suscitante (Turma Recursal) Intime-se. Publique-se. Após, arquivem-se os autos.

Verifica-se, todavia, que houve inequívoco descompasso entre a questão fática e jurídica suscitada na Ementa desta 3ªTR, qual seja, a incompetência absoluta, em razão de tratar-se de demanda que tem por objeto anulação de ato administrativo, e a decisão proferida por aquele Órgão Colegiado, o qual decidiu o conflito sob a premissa do valor da causa, matéria que não foi o fundamento da decisão da Corte Revisora, motivo pelo qual determino a remessa dos autos ao Eg. TRF 1ª Região para dirimir o conflito, o qual restou, por conseguinte, não resolvido.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0000373-20.2016.4.01.9340

201634000589553

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : MARIA APARECIDA CONRADO PORTO

Adv. : DF00024921 - CLAUDIA ALVES MOTTA SANTOS

Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0000228-27.2017.4.01.9340

201734000785980

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : RAIMUNDO NONATO BARROS FILHO

Recte : PAULO SERGIO GONCALVES DA COSTA

Recte : FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA

Recte : ADILSON PINTO DE SOUZA

Recte : MAURO DE QUEIROZ GARCIA

Adv. : DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES

Recdo : UNIAO FEDERAL

0000244-78.2017.4.01.9340

201734000789555

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : ANA LUIZA MONTEIRO DE ALMEIDA

Recdo : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB

0000259-47.2017.4.01.9340

201734000795620

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : SONIA ACHERMAN AMBROSIO

Adv. : DF00040698 - JOAQUIM FAVRETTO

Recte : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela parte autora contra decisão que indeferiu a tutela de urgência, de natureza antecipatória, postulada initio litis. NÃO CONHEÇO do agravo interposto, o qual se revela prima facie manifestamente inadmissível (NCPC/2015, art. 932, inc. III, primeira figura), à míngua de hipótese legal, pois o agravo somente é previsto, no âmbito dos juizados especiais federais, na fase de cognição, e para decisões que concedem tutela de urgência e/ou evidência, não se prevendo tal hipótese para modificar decisão interlocutória que indefere tutela antecipatória requerida quando do ajuizamento da demanda. Com efeito, não se aplica, no regime recursal dos juizados especiais federais, o Código de Processo Civil, pois, a par de inexistir previsão legal autorizativa, o sistema recursal dos JEFs está inteiramente regulado pela lei especial que os criou. Por fim, não há nem que falar-se em aplicação subsidiária do NCPC/2015, pois não somente violaria o próprio espírito dos juizados especiais federais, senão ainda do próprio Código de 2015, que produziu um enxugamento nas hipóteses de cabimento do próprio recurso de agravo! Ante o exposto, não conheço do recurso. Cientifique-se o Juízo a quo. Intimem-se. Após, arquivem-se, com baixa.

0000173-13.2016.4.01.9340

201634000442811

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : BELANIZIA FIRMINO DA COSTA

Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO NÃO CONHEÇO do agravo interposto, o qual se revela prima facie manifestamente inadmissível (NCPC/2015, art. 932, inc. III, primeira figura), à míngua de hipótese legal, pois o agravo somente é previsto, no âmbito dos juizados especiais federais, na fase de cognição, e para decisões que concedem tutela de urgência e/ou evidência, não se prevendo tal hipótese para modificar decisão interlocutória em sede de cumprimento de sentença, o que viola o próprio espírito

dos juizados especiais federais. Cientifique-se o Juízo a quo. Intimem-se. Após, arquivem-se, com baixa.

0000240-41.2017.4.01.9340
201734000789510

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : SOLANGE DE OLIVEIRA BAPTISTA
Adv. : BA00023037 - ADRIANA CABRAL BARROS
Recte : LUCIA MARIA MELO DE ARAUJO
Adv. : DF00009948 - JOSE ALENCAR COSTA AIRES
Adv. : BA00023037 - ADRIANA CABRAL BARROS
Recte : JOANA CORDOVIL GUIMARAES
Recte : KLEBER DE CARVALHO BAPTISTA
Recte : LUIZ EDMUNDO BALTHAZAR DA SILVEIRA
Recte : JOSE BARBOSA DOS SANTOS
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

NÃO CONHEÇO do agravo interposto, o qual se revela prima facie manifestamente inadmissível (NCPC/2015, art. 932, inc. III, primeira figura), à míngua de hipótese legal, pois o agravo somente é previsto, no âmbito dos juizados especiais federais, na fase de cognição, e para decisões que concedem tutela de urgência e/ou evidência, não se prevendo tal hipótese para modificar decisão interlocutória em sede de cumprimento de sentença, o que viola o próprio espírito dos juizados especiais federais. Ademais, a preclusão temporal é manifesta, pois a parte, quando da fase de cumprimento de sentença, concordou com os cálculos apresentados, razão por que, operada a preclusão em face da execução do aresto, já foi entregue a prestação jurisdicional, nada mais havendo a ser feito no processo. Por fim, como já registrado, não se prevendo tal hipótese recursal para a fase de cumprimento de sentença no regime legal dos juizados especiais federais, não há nem que falar-se em aplicação subsidiária do NCPC/2015, pois não somente violaria o próprio espírito dos juizados especiais federais, senão ainda do próprio Código de 2015, que produziu um enxugamento nas hipóteses de cabimento do próprio recurso de agravo! Ante o exposto, não conheço do recurso. Cientifique-se o Juízo a quo. Intimem-se. Após, arquivem-se, com baixa.

0000097-86.2016.4.01.9340
201634000398287

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : CECILIA DE ARAUJO OLIVEIRA
Recdo : BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recdo : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela parte autora contra decisão que indeferiu a tutela de urgência, de natureza antecipatória, postulada initio litis. NÃO CONHEÇO do agravo interposto, o qual se revela prima facie manifestamente inadmissível (NCPC/2015, art. 932, inc. III, primeira figura), à míngua de hipótese legal, pois o agravo somente é previsto, no âmbito dos juizados especiais federais, na fase de cognição, e para decisões que concedem tutela de urgência e/ou evidência, não se prevendo tal hipótese para modificar decisão interlocutória que indefere tutela antecipatória requerida quando do ajuizamento da demanda. Com efeito, não se aplica, no regime recursal dos juizados especiais federais, o Código de Processo Civil, pois, a par de inexistir previsão legal autorizativa, o sistema recursal dos JEFs está inteiramente regulado pela lei especial que os criou. Cientifique-se o Juízo a quo. Intimem-se. Após, arquivem-se, com baixa.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0030625-75.2016.4.01.3400
201634000446956

Recurso Inominado

Recdo : FRANCISCA SILVA SOARES
Adv. : DF00027024 - SERGIO RODRIGUES MARINHO FILHO
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
Adv. : BA00025699 - CLAUDIA GRAYCE LIMA DOS SANTOS

0034191-32.2016.4.01.3400
201634000469895

Recurso Inominado
Recte : ERISNALDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Adv. : DF00040244 - WANDER GUALBERTO FONTENELE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data de intimação do INSS pelo E-CINT para interposição de Recurso Inominado (registrada em 20/04/2017), considerando como data fim de prazo para realização do ato processual 18/05/2017, e a do protocolo do Recurso inominado em 23/05/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

Publique-se. Intimem-se.

0045789-80.2016.4.01.3400

201634000532806

Recurso Inominado

Recte : RITIELE DA SILVA ANDRADE
Adv. : DF00044544 - JESILENE RODRIGUES DE LIMA MARTINS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0060417-74.2016.4.01.3400

201634000604213

Recurso Inominado

Recte : RAIMUNDO MANUEL DE SOUSA
Adv. : DF00044544 - JESILENE RODRIGUES DE LIMA MARTINS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0060421-14.2016.4.01.3400

201634000604258

Recurso Inominado

Recte : GEONE GONCALVES SOBRINHO
Adv. : DF00044544 - JESILENE RODRIGUES DE LIMA MARTINS
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Considerando que no REsp 1.614.874 (decisão de afetação publicada no DJe 16/09/2016) houve determinação para a suspensão dos processos em que se discute a possibilidade de afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS, ressalvadas as hipóteses de autocomposição, tutela provisória, resolução parcial do mérito e coisa julgada, de acordo com as circunstâncias de cada caso concreto, a critério do juízo, e em cumprimento ao disposto no art. 1.037, inciso II, do novel Código de Processo Civil, SUSPENDO o julgamento nesta instância, até que sobrevenha decisão final quanto ao objeto discutido no recurso.

0042087-63.2015.4.01.3400

201534000194973

Recurso Inominado

Recte : JOAO CELSO FERREIRA DAS NEVES
Adv. : DF00030229 - VIVIA LUCIA GOULART PEREIRA
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Cotejando a data da certidão de publicação da sentença em 25/01/2017 e a do protocolo do Recurso inominado em 17/03/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

Publique-se. Intimem-se.

0033841-15.2014.4.01.3400

201434000116441

Recurso Inominado

Recte : URSULINO MARQUES DE ARAUJO NETO
Adv. : DF00040553 - CARLOS SOARES DE ARAUJO NETO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : MG00094291 - ANA PAULA MIRANDA MONTEIRO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Nos termos da jurisprudência do STJ, os embargos de declaração, quando não

conhecidos por intempestividade, não interrompem o prazo para interposição de nenhuma medida recursal (AGARESP 201403196335, ANTONIO CARLOS FERREIRA, STJ - QUARTA TURMA, DJE DATA: 01/07/2016).

Destarte, cotejando a data de publicação da sentença em 08/11/2016 (certidão registrada em 08/11/2016) e a do protocolo do Recurso nominado em 14/02/2017, conclui-se pela intempestividade do recurso.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO RECURSO.

Publique-se. Intimem-se.